



PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A CONCEPÇÃO DOS DIRETORES E DAS DIRETORAS

*MEN'S TEACHERS IN CHILDHOOD EDUCATION:
THE SCHOOL PRINCIPALS' CONCEPTION*

*DOCENTES MASCULINOS EN EDUCACIÓN INFANTIL:
LA CONCEPCIÓN DE DIRECTORES Y DIRECTORES*

 **Nonato Assis de Miranda**

Doutor em Educação

Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) 

São Paulo – SP – Brasil.

mirandanonato@uol.com.br

 **Iristeu Gomes Barboza**

Mestre em Educação

Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) 

São Paulo – SP – Brasil.

iristeubarboza@scseduca.com.br

Resumo: Este artigo descreve e analisa as concepções de gestores e de gestoras de escolas de Educação Infantil (EI) acerca da atuação de homens nesse nível de ensino. Tendo a abordagem qualitativa de pesquisa como premissa, os dados foram obtidos por meio de entrevistas realizadas com gestores (as) de seis escolas dos municípios de Mauá e São Caetano do Sul (SP). Os resultados mostraram que a chegada de um professor homem nas escolas de EI causa receio entre gestores e pais de alunos. Esse receio está atrelado ao fato de que os pais não consideram viável que professores homens tenham contato físico com as crianças por considerarem que essa é uma atividade para as professoras. As discussões sobre gênero não são comuns nas escolas de EI, mas, com a chegada de um professor, o assunto aflora entre os profissionais da escola, mas não entre as crianças que não têm essas preocupações.

Palavras-chave: educação infantil; educação e gênero; professores homens na educação infantil.

Para citar - (ABNT NBR 6023:2018)

MIRANDA, Nonato Assis de; BARBOZA, Iristeu Gomes. Professores homens na educação infantil: a concepção dos diretores e das diretoras. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 71, p. 1-20, e26135, out./dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n71.26135>



Abstract: This article describes and analyzes the school principals' conceptions of Early Childhood Education (EI) schools regarding the role of men at this level of education. With the qualitative research approach as a premise, data were obtained through interviews carried out with managers of six schools in the municipalities of Maua and São Caetano do Sul (SP). The results showed that the arrival of a male teacher in EI schools causes fear among managers and parents of students. This fear is linked to the fact that parents do not consider it viable for male teachers to have physical contact with children because they consider this to be an activity for female teachers. Discussions about gender are not common in ECEC schools, but, with the arrival of a teacher, the subject comes up among school professionals, but not among children who do not have these concerns.

Keywords: early childhood education; education and gender; male teachers in early childhood education.

Resumen: Este artículo describe y analiza las concepciones de los directivos de escuelas de Educación Infantil (IE) sobre el papel de los hombres en este nivel educativo. Con el enfoque de investigación cualitativa como premisa, los datos fueron obtenidos a través de entrevistas realizadas a directores de seis escuelas de los municipios de Maua y São Caetano do Sul (SP). Los resultados mostraron que la llegada de un profesor varón a las escuelas de la IE provoca miedo entre los directivos y padres de los alumnos. Este miedo está vinculado a que los padres no consideran viable que los profesores tengan contacto físico con los niños porque consideran que es una actividad para profesoras. Las discusiones sobre género no son habituales en las escuelas de EAPI, pero, con la llegada de un profesor, el tema surge entre los profesionales de la escuela, pero no entre los niños que no tienen estas preocupaciones.

Palabras clave: educación infantil; educación y género; profesores varones en educación infantil.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa desenvolvida em um Programa de Pós-Graduação em Educação que problematizou como gestoras e gestores escolares concebem a atuação de professores homens nas escolas de Educação Infantil (EI). Dentre outros pretextos, a investigação foi motivada em razão da disparidade existente entre professores homens e mulheres atuando nesse nível de ensino (Inep, 2022), assim como pela dificuldade de aceitações tanto por parte dos diferentes atores da escola quanto das famílias acerca da atuação desses profissionais nas escolas de EI (Gonçalves; Faria; Reis, 2016).

Em relação à disparidade entre professores homens e mulheres na EI, cumpre sinalizar que os números ainda são expressivos. Tomando-se como base o Censo Escolar 2022, por exemplo, constata-se que esse nível de ensino contava, nesse ano, com 704.639 docentes em exercício. Desse total, apenas 29.913 (4,25%) eram homens. Se limitarmos os professores que atuavam em creches, essa cifra se revela ainda menor: 9.996, menos de 3% (Inep, 2023). No ano seguinte, o cenário permaneceu quase inalterado. De acordo com o censo escolar de 2023, a educação infantil (creche e pré-escola) contabilizou um total de 735.911 docentes (703.907 professoras e 32.004 homens). O número de professores homens passou para 32.004 (4,35%), sendo 5,89% na pré-escola e 2,87% na creche (Inep, 2024).

Esses dados evidenciam que a EI é marcada pela predominância de mulheres atuando com as crianças e que a presença de homens nesse ambiente é escassa (Silva *et al.*, 2023). Assim sendo, a pesquisa se justifica como relevante por investigar as concepções das gestoras e dos gestores escolares acerca desse objeto de estudo, visto que esses profissionais são os responsáveis pelo planejamento, organização e gestão das escolas de EI, razão pela qual, podem ter de mediar eventuais conflitos no âmbito dessas escolas em decorrência da presença de homens atuando no exercício da docência.

Foram entrevistados gestoras e gestores de seis escolas localizadas nos municípios de Mauá e São Caetano do Sul no Grande ABC Paulista. As materialidades empíricas (registro das entrevistas narrativas gravadas e transcritas) foram examinadas por meio da Análise do Conteúdo (Bardin, 2016). Desse modo, buscamos compreender as concepções desses profissionais de EI acerca da atuação de homens nesse nível de ensino.

Além da introdução e das considerações finais, o texto está organizado em quatro partes. Inicialmente, aborda-se, sucintamente, a questão de gênero na EI, em seguida, no percurso metodológico, são delineados os caminhos da pesquisa e, por fim, os resultados são categorizados e analisados.

Gênero na Educação Infantil

Para Vianna e Finco (2009), mesmo homens e mulheres tendo anatomia cerebral com características diferentes, como demonstram algumas pesquisas, ambos podem desenvolver trabalhos ditos para homens ou para mulheres. Segundo as autoras, há

[...] pesquisas que atestam a existência de uma anatomia cerebral específica para cada sexo. Daí viria o fundamento para atribuir às mulheres e a seu largo corpo caloso a intuição, a falta de aptidão para ciências exatas, a ampla habilidade verbal e o uso simultâneo de ambos os hemisférios cerebrais. Aos homens, em geral, atribui-se melhor desempenho espaço-visual, matemático e científico. (Vianna; Finco, 2009, p. 267).

Essas pesquisas, de certo modo, buscam evidenciar que homens e mulheres têm características distintas que permitem desenvolver de forma mais adequada essa ou aquela atividade que se exigem profissões específicas. Por atribuir ao homem melhor capacidade para as ciências exatas, permitem apontar que as poucas mulheres que trilham esse caminho são tidas como novidade, ao passo que os homens que se propõem a desenvolver atividades em profissões em que exigem maior intuição, também são vistos como algo inadequado, gerando, assim, uma classificação que desconsidera o aspecto do contexto social.

Os espaços conquistados por mulheres que fazem atividades em cargos que têm em sua maioria homens ou homens que ocupam funções em que a maioria são mulheres não são situações que acontecem de forma tranquila ou sem ocorrer certos conflitos. Dessa forma, a EI é um campo que ilustra bem essa situação, conforme sinalizado nesse depoimento:

Lembro-me, como se fosse ontem, do primeiro dia que iniciei minha carreira na Educação Infantil enquanto auxiliar de creche, sem sequer estar graduado em Pedagogia. Estava responsável por uma turma de crianças de dois anos de idade. Fui recebido pela diretora da creche, a qual me apresentou a escola e me pediu para que, ao perceber que uma criança precisasse trocar sua fralda, pedisse para chamar uma das mulheres que trabalhavam comigo. (Tortola, 2021, on-line).

Na sequência, o professor sinaliza que seguiu a recomendações da diretora, mas entende que atualmente é necessário superar esse tipo de prática na EI. Ele considera que, por trás dessa atitude, a diretora demonstrou preocupação com a possibilidade de enfrentar preconceito por parte das famílias, o que a levou a dispensá-lo de uma tarefa que não era exclusivamente das suas colegas do sexo feminino. No entanto, na perspectiva do professor, faz-se necessário analisar essa situação a partir de uma perspectiva diferente. Em certo sentido, essa abordagem contribui para a perpetuação de estereótipos preconceituosos em relação à educação das

crianças. O que está em jogo é se os homens seriam potenciais abusadores ou incapazes de desempenhar esse tipo de atividade.

Infelizmente, ainda prevalece entre boa parte das pessoas, especialmente entre as mais conservadoras, a primeira alternativa (homens são abusadores), e isso ficou evidente nos últimos anos com a ascensão, no Brasil, dos governos de extrema direita. No ano de 2019, por exemplo, as deputadas estaduais do Partido Social Liberal (PSL) de São Paulo, Janaina Paschoal, Leticia Aguiar e Valeria Bolsonaro, apresentaram um projeto de lei (PL nº 1.174/2019) que objetivou restringir às profissionais mulheres a exclusividade nos cuidados íntimos de crianças na Educação Infantil, como trocar fralda, dar banho e ajudar a ir ao banheiro. A justificativa das deputadas para a proposição do projeto foi a suposta preocupação de mães de alunos da EI em relação à aprovação de professores homens em um concurso público no município de Araçatuba.

É oportuno salientar que a aprovação de uma lei a nível estadual, sobretudo a partir da demanda de algumas famílias que se dizem amedrontadas com a possibilidade de que bebês e crianças sejam vítimas de algum tipo de abuso sexual por parte de profissionais do sexo masculino, ratificaria o entendimento de que o homem é um abusador em potencial, fazendo com que se crie um estigma em torno de professores homens que atuam na EI.

É necessário salientar que a maior presença do feminino na EI explica a trajetória da mulher com sua relação com o trabalho, pois:

Em relação à vida social, a mulher foi gradativamente conquistando o seu espaço, apesar de que, no âmbito profissional, passou a desempenhar funções que tinham afinidade com as tarefas domésticas. É o caso, por exemplo, do magistério, espaço profissional que, ao longo do tempo, foi estereotipado como sendo profissão feminina, devido ao processo de feminização do magistério. (Gonçalves, 2009, p. 34).

Ao ocupar seu espaço no mercado de trabalho, a mulher vai exercer aquelas funções que socialmente lhe são adequadas, e ser professora de criança parece ser uma continuidade daquilo que já realiza dentro do lar: cuidar e educar os filhos.

Da mesma forma que há distinção das funções exercidas por homens e por mulheres, segundo as características de cada um (Vianna; Finco, 2009), é possível que haja uma classificação no ambiente escolar, preparando a criança para se adequar na sociedade como mulher ou homem.

Mesmo a escola insistindo para criar padrões tidos como normais, em que meninos e meninas têm em seus corpos comportamentos distintos, surgem crianças que contradizem tais padrões. Meninos querem brincar com bonecas, maquiarem-se, vestirem-se de meninas com

atitudes que se opõem ao padrão estabelecido. Essa constatação parece indicar-nos que há situações que não seguem os padrões culturais com relação aos corpos de meninos e de meninas, mesmo que:

Nosso corpo, nossos gestos e as imagens corporais que sustentamos são frutos de nossa cultura, das marcas e dos valores sociais por ela apreciados. O corpo – seus movimentos, posturas, ritmos, expressões e linguagens – é, portanto, uma construção social que se dá nas relações entre as crianças e entre estas e os adultos, de acordo com cada sociedade e cada cultura. Ele é produzido, moldado, modificado, adestrado e adornado segundo parâmetros culturais. (Vianna; Finco, 2009, p. 271).

A constituição do nosso corpo vai além daquilo que se vê como homem ou mulher, pois trazem em si toda uma construção social, cultural que, aos poucos, vai sendo percebida pela criança no contato que se estabelece no cotidiano escolar. Dentre os níveis de ensino, é na EI que, possivelmente, o toque tem maior significância entre professor e aluno, visto que:

[...] os professores e as professoras ao exercer a profissão docente não se desvinculam de suas marcas de sexualidade e gênero inscritas em seus corpos, mesmo que não as evidenciem, denotando a diferença e provocando impactos em todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. (Cunha, 2017, p. 733).

Ao tocar a criança, seja ao pegar no colo ou em qualquer outra atividade que requer o toque, o profissional não nega sua feminilidade ou masculinidade, e isso, aos poucos, pode ser percebido pela criança. Ajudá-la a entender essas diferenças de gêneros parece ser uma das atribuições do professor e da escola, que já deve começar na EI. Para Cardona (2018), é preciso relacionar gênero com a cidadania, pois falar de gênero só faz sentido em uma perspectiva de educação para a cidadania.

Os parâmetros culturais precisam ser pensados para podermos fazer uma leitura mais real das questões de gênero no ambiente escolar. É preciso levar em consideração o contexto em que a criança está inserida, assim como a necessidade local, visto que:

O minucioso processo de feminilização e masculinização dos corpos, presente no controle dos sentimentos, no movimento corporal, no desenvolvimento das habilidades e dos modelos cognitivos de meninos e meninas está relacionado à força das expectativas que nossa sociedade e nossa cultura carregam. (Vianna; Finco, 2009, p. 272).

Em se tratando do entendimento das questões de gênero quando se discute o ser homem ou mulher, podemos afirmar que não são apenas os fatores biológicos que irão definir se uma pessoa é masculina ou feminina. Trata-se de uma construção social do sujeito, uma vez que considerar apenas o aspecto biológico parece ser uma ideia puramente determinista, que acaba desconsiderando as ações concretas no ambiente escolar. Nessa perspectiva, nasceu a ideia de

que menina tem de gostar de boneca, usar vestido e andar corretamente, ao passo que menino tem de brincar de carrinho, não usar maquiagem e, se quiser andar ou ficar na fila das meninas, não pode.

A escola sempre foi um espaço “genericado”, “[...] um espaço atravessado pelas representações de gênero. Em nosso país, como em vários outros, esse espaço foi, a princípio, marcadamente masculino” (Louro, 2012, p. 77). É oportuno salientar que essa exceção se refere ao período compreendido entre 1549 e 1759, quando a educação ficou a cargo dos Jesuítas que focalizavam a formação de sacerdote.

Ao longo do tempo, a educação das crianças foi aperfeiçoada (Duarte; Duarte; Martins, 2023). Na perspectiva de Paschoal e Machado (2012), historicamente, a oferta da educação às crianças pequenas sempre esteve a cargo das famílias. Em decorrência disso, o convívio com os adultos fazia parte da rotina familiar e as regras sociais também eram aprendidas nesse mesmo contexto.

Com o advento da sociedade industrial, as mulheres pobres passaram a trabalhar nas fábricas cujas jornadas diárias eram muito longas e, com isso, tiveram de passar a responsabilidade pela educação dos filhos para terceiros. As mulheres que não conseguiam emprego nas fábricas vendiam seu tempo para cuidar das crianças sendo chamadas de mães mercenárias. (Paschoal; Machado, 2012). Em decorrência do crescimento industrial, a sociedade acabou se modernizando e a estrutura social passou por adaptações (Duarte; Duarte; Martins, 2023).

As escolas de EI surgiram como um meio de fomentar o assistencialismo para que as mães pudessem trabalhar e manter alguém para cuidar de seus filhos em casa. Institucionalmente, só existiam os abrigos religiosos, que atendiam às crianças pobres e sem famílias (Kuhlmann Jr., 2011). “Com o surgimento das instituições de cuidados, as mães de famílias mais pobres passaram a ter suporte para tomar conta de suas crianças.” (Duarte; Duarte; Martins, 2023, p. 1).

Mais tarde, foram criados os “jardins de infância” cujo idealizador foi Friedrich Fröbel (1782-1852). Considerando o contexto social da época, a EI permaneceu sob a responsabilidade das mulheres, pois Fröbel acreditava que elas seriam as melhores “jardineiras” (Gonçalves; Antunes, 2015).

A inserção do homem na EI é, historicamente, recente e, em decorrência de questões culturais, pouco expressiva e ainda muito controversa, conforme já sinalizado.

Nos tempos atuais, a presença de professores do sexo masculino no exercício da docência em instituições de educação infantil tem ocupado os meios de comunicação, rendendo, até mesmo, intervenções, nem sempre muito assertivas, da classe política. (Santos, 2021, p. 1).

Em termos quantitativos, atualmente, mais de 95% dos professores que atuam na EI são mulheres (Inep, 2024). Além disso, “[...] existe uma dimensão estruturante das relações de gênero presente na organização dos espaços de brincadeiras reservados ao encontro e convívio de meninos e meninas.” (Santos, 2018, p. 389) ratificando a definição de gênero na EI.

O elevado número de profissionais do sexo feminino nesse nível de ensino está atrelado ao fato de que, na EI, ainda predominam atividades profissionais inerentes ao cuidado, o que, em certa medida, favorece a entrada de mulheres, porém:

A profissão de educador infantil não constitui um trabalho feminino porque encontramos um número maior de mulheres, mas porque exerce uma função de gênero feminino vinculada à esfera da produção e reprodução da vida: cuidar e educar crianças pequenas. (Saparolli, 1997, p. 51).

Cardoso (2007), por exemplo, revela que, mesmo em número reduzido, a presença do masculino no ambiente escolar predominantemente feminino pode ajudar a ampliar, por meio da discussão, a visão restrita que se tem do papel do professor na EI. Além disso:

O número de homens trabalhando na educação de crianças, apesar de inferior ao das mulheres, não pode ser considerado insignificante ou desprezível. Do contrário, representa algo muito importante a se conhecer: afinal quem são os homens que atuam como professores de nossas crianças, por que e como trabalham em uma profissão reconhecida socialmente como feminina? (Cardoso, 2007, p. 143)

Faz-se necessário, segundo o autor, que se busque uma maior compreensão de quem são esses profissionais que estão atuando na EI por meio de pesquisa, a fim de verificar a real contribuição para a discussão que atualmente se tem sobre o que ensina ou não a “ideologia de gênero” (termo bastante discutido nas redes sociais sobre ensinar ou não, no ambiente escolar, sobre “ideologia de gênero”) nas escolas.

Ao possibilitar que se discuta, se estude e se aprenda sobre questões de gênero, espera-se que o respeito às diferenças seja a base para compreender e aceitar aqueles que se manifestam diferentes do que foi estabelecido como padrão. O menino que quer brincar com os brinquedos ditos de meninas e a menina que quer brincar com brinquedos ditos de menino têm os mesmos direitos que os demais. Ao impedir tais desejos por parte da criança, de se expressarem livremente por meio de brincadeiras, de faz de conta, a escola pode contribuir para a formação de pessoas com grande possibilidade de serem frustradas e marcadas por toda sua vida (Sousa, 2011).

O professor deve criar um ambiente escolar que permita que as diferenças sejam um fator colaborativo no desenvolvimento da criança e não um empecilho. Nessa mesma linha de raciocínio, a presença do professor homem poderá contribuir para maior aceitação pelas famílias daquilo que historicamente é considerado como normal, ou seja, o número maior de mulher como sujeito principal na educação dos pequenos.

Esse direito de ser diferente dentro do ambiente escolar deve ser um princípio que permeia a organização não só do professor, mas de toda comunidade escolar. Oferecer meios para que aqueles que não se enquadram nem no brincar com carrinho, nem no brincar com bonecas é também uma forma de ampliar o atendimento às diferenças, visto que,

[...] normalmente, nas turmas de educação infantil, as atividades extracurriculares são divididas claramente por gênero, não sendo permitidas mudanças. Determinadas aulas para meninos, outras para meninas. Futebol e capoeira para meninos, ballet para meninas. (Silva Junior; Mais; Ivenicki, 2018, p. 70).

A origem dessas diferenças pode ser, dentre outros motivos, a maneira como a criança é vista na EI, pois, aos poucos, vão se definindo quais as atividades as meninas podem fazer e quais as atividades os meninos podem realizar. Em alguns cursos, como Pedagogia, há mais mulheres; enquanto, na Engenharia, há mais homens, resultando em um cenário onde há mais profissionais homens em determinada profissão e mais mulheres em outras.

Na EI, temas ligados às questões de gênero são trabalhados de forma mais sutil, pois procura-se introduzir a criança nos padrões que são aceitos socialmente. Fora disso, podem gerar algum desconforto não somente por parte dos pais, mas também daqueles que estão dentro do ambiente escolar.

O ato de ensinar da escola deve ser diferente do ato de ensinar em outros ambientes em que a criança convive. É na escola que o conhecimento sistemático deve acontecer para que a criança consiga, durante seu desenvolvimento, ser capaz de compreender-se, compreender o outro e o mundo que a cerca. Assim sendo, podemos afirmar que todos os assuntos que são de interesse da criança e aqueles que lhe são oferecidos, para viver socialmente, devem ser apresentados, dentre eles a diversidade, as diferentes culturas e, também, as questões de gênero.

Ajudar a criança a perceber as diferenças e, ao mesmo tempo, o comum é necessário para que a preparação para a interação social aconteça no decorrer de seu desenvolvimento pessoal. Diferentemente de outros espaços escolares, a creche e a pré-escola têm como objeto as relações educativas travadas em um espaço de convívio coletivo que tem como sujeito a criança de 0 a 5 anos de idade. É também no espaço de convivência que a criança, em contato com o adulto, irá formar seu conceito de mundo (Sousa, 2011).

Percurso metodológico

Para a pesquisa, foram entrevistados gestores e gestoras atuantes em seis escolas municipais de Mauá e São Caetano do Sul (SCS), no Grande ABC Paulista. De modo mais específico, são três escolas de cada município, mas, na última escola de Mauá, por contar com mais de um profissional na gestão, por opção, a Diretora e a Vice-Diretora participaram da entrevista. Embora Mauá contasse, à época da coleta de dados, com um número maior de escolas com a presença de professores homens na EI, foram selecionadas apenas três delas para equiparar ao número de SCS, pois, nesse município, de um total de 41 escolas, em 2019, apenas três delas contavam profissionais do gênero masculino em exercício na docência.

O município de Mauá localiza-se numa região conhecida como Grande ABC, na Região Metropolitana de São Paulo, tem aproximadamente quatrocentos e dezessete mil habitantes (417.000), conta com uma taxa de escolarização de 97,4% (Ensino Fundamental), 103 escolas de Ensino Fundamental (EF) para atender cerca quarenta e nove mil estudantes (49.000). Com relação à EI, desse quantitativo de escolas, 35 delas atendem creche e pré-escola cujo número de matrículas, em 2018, era de 10.462. Além disso, Mauá conta também com 4 escolas conveniadas que atendem crianças de 0 a 5 anos de idade.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Mauá é 0,766, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,852, seguida de Educação, com índice de 0,733, e de Renda, com índice de 0,721 (Ibge, 2020a).

São Caetano do Sul, também localizada no Grande ABC paulista, tem aproximadamente cento e sessenta e um mil habitantes (161.000), conta com uma taxa de escolarização de 97,4% (Ensino Fundamental), 49 escolas de EF para atender cerca vinte e um mil estudantes (21.000). Com relação à EI, SCS conta com 41 escolas, sendo 16 integradas de período integral, 22 escolas de EI e 3 creches conveniadas para atender uma população aproximada de três mil e quatrocentos alunos (3.400).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de SCS é 0,862, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano muito alto (IDHM entre 0,800 e 1). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Renda, com índice de 0,891, seguida de Longevidade, com índice de 0,887, e de Educação, com índice de 0,811. (Ibge, 2020b).

Os dados desta pesquisa foram obtidos por meio de entrevista realizada com o diretor e as diretoras das escolas previamente selecionadas, valendo-se de um roteiro semiestruturado, nos meses de setembro a dezembro de 2021. Previamente, fez-se um levantamento junto à

Secretaria da Educação (SEDUC) para mapear a presença de professores homens na docência das escolas de EI e, em seguida, um contato diretamente com esses profissionais, solicitando-os a participar da pesquisa. As respostas foram organizadas e classificadas na perspectiva da análise de conteúdo (Bardin, 2016).

Assim, inicialmente, na *pré-análise*, empreendeu-se uma leitura do material eleito para realizar a análise das entrevistas que foram transcritas constituindo o *corpus* da pesquisa. Nessa fase, foram adotadas as regras de representatividade (diretores de escola), homogeneidade (os depoimentos referem-se às concepções dos gestores sobre a atuação de professores homens na EI) e exclusividade (cada elemento foi enquadrado em uma única categoria).

Em seguida, com vistas a fazer a *exploração do material* (depoimentos dos gestores), empreendeu-se categorização *a priori* que consistiu na predeterminação de indicadores “em função da busca a uma resposta específica do investigador” (Franco, 2012, p. 64). Assim, cada questão do roteiro de pesquisa serviu de base para a criação das categorias de análise, assim como para tentar responder aos objetivos da pesquisa.

Por fim, os depoimentos dos gestores foram analisados e *interpretados* à luz da literatura, que serviu de base para fundamentar a pesquisa. Nessa fase, buscou-se capturar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado (depoimentos).

Todos os participantes na pesquisa contavam, por ocasião da entrevista, com larga experiência no campo da educação, de 20 a 30 anos, assim como em gestão escolar. Com relação ao gênero, seis são mulheres e um homem, e quanto ao acesso à função, os quatro representantes de Mauá são designados e as representantes de SCS são concursadas. Além disso, todas as gestoras e o gestor têm licenciatura em Pedagogia e pós-graduação (especialização) em diferentes áreas.

Resultados e discussão

Para verificarmos a concepção dos gestores e gestoras acerca da atuação de professores homens na EI, foram realizadas três perguntas abertas com o propósito de refletir sobre os objetivos mais específicos deste trabalho. Este texto traz as respostas organizadas em duas categorias a fim de compreender e analisar os achados da pesquisa, a saber: “Gestão de Conflitos na Escola de Educação Infantil” e “O professor homem e o cuidar na educação infantil”.

Gestão de conflitos na escola de Educação Infantil

Conforme evidenciado no texto, o número de homens atuando na EI seja como professor, como gestor ou até mesmo funcionário é pequeno. Portanto, a chegada desses profissionais nas escolas de EI geralmente gera um certo estranhamento tanto por parte dos pais como das professoras e até mesmo dos gestores, o que acaba gerando alguns conflitos entre os diferentes atores (Santos, 2021; Tortora, 2021).

Pensando nisso, foi feita a seguinte indagação aos gestores e às gestoras participantes da pesquisa: Quando a gestão da escola se depara com situações de conflito acerca da atuação desses profissionais, quais são os encaminhamentos mais comuns com vistas a atender aos anseios dos pais sem ferir os princípios éticos e profissionais da gestão e do profissional?

Os depoimentos revelam que não há uma preocupação com a competência do professor, mas sim com relação às práticas de contato mais direto com as crianças, conforme pode ser constatado nesse excerto:

Para os pais, e para a comunidade escolar, principalmente para mim enquanto gestora era novidade. Houve, sim, questionamento de mães sobre como seria o procedimento de higienização das crianças depois que os professores homens chegaram na escola. (Gestora da Escola 2).

O conflito existe porque até mesmo a gestora estranha a presença dos professores, mas ela busca meios para lidar com a situação tal como sinalizado por Tortora (2021). Assim, uma alternativa sinalizada por ela foi “[...] procurar ouvir os pais e aguardar” (Gestora da Escola 2). Ela afirmou ainda que, com o tempo, o que se percebeu foi que:

[...] os próprios pais começaram a se identificar com o trabalho dos professores e a partir de então, cessaram os questionamentos. Hoje, os profissionais que mais recebem mais elogios na escola são os dois “meninos”, claro que esse reconhecimento não é apenas por ser homens, mas a qualidade do trabalho de ambos, justifica. (Gestora da Escola 2).

A estratégia de a gestora aguardar a institucionalização da presença do professor na escola parte do princípio de que, aos poucos, diante do desenvolvimento de seu trabalho, não somente a comunidade escolar muda sua forma de pensar, mas ela também passa a reconhecer que não é o gênero que define o profissional, mas seu comprometimento com a ação docente e, conseqüentemente, seu profissionalismo. Uma segunda fala dessa mesma gestora, ainda que reticente, sinaliza que o professor homem pode, até mesmo, lidar diretamente com as crianças:

Posso afirmar de forma de retratação que a vinda dos professores para a escola e o trabalho que estão fazendo, tanto o contato com as crianças, como com os pais, me fez mudar minha visão. Hoje chego até em afirmar que, em algumas situações, o homem pode ser uma escolha para atuar diretamente com a criança. (Gestora da Escola 2).

Essa comparação deixa nas entrelinhas uma nítida diferenciação entre o professor homem e a professora mulher e que, em algumas situações específicas, em termos comparativos, um profissional se sobressai com relação a outro. Tal comparação acontece não somente no ambiente interno da escola, mas também no espaço externo, pois o assunto ainda é polêmico, tanto dentro quanto fora da escola.

Entretanto, nem todos os gestores pensam da mesma forma quando o assunto é comparar a atuação de professores homens e mulheres na escola de EI. Assim, diferentemente do que pensa a Gestora da Escola 2, outra Gestora tem um olhar bem mais aberto sobre o assunto:

Não vejo diferença entre os dois profissionais, uma vez que sua sexualidade, ou seja, ser homem e ser mulher não interfere no trabalho docente. O que conta é sua postura, seu trato com a criança, seu profissionalismo. Tudo além disso é preconceito com o profissional homem ou com a profissional mulher. O sexo do profissional não interfere no seu desempenho profissional. (Gestora da Escola 3).

Cabe sinalizarmos que apesar de essa gestora confundir gênero com sexualidade, deixa claro que não vê diferença quando o assunto é atuação profissional. Para ela, não importa se é professor homem ou mulher, o que vale é sua capacidade para a docência na EI. Nessa mesma linha de pensamento, a concepção de que ser homem ou ser mulher não interfere no trabalho junto à criança também é compartilhada pelo único gestor (homem) participante desta pesquisa. Sobre esse assunto, ele teceu o seguinte comentário “[...] não creio que haja interferência na qualidade do trabalho o simples fato de o professor ser homem ou ser mulher, pois na nossa escola ambos trabalham corretamente com as crianças” (Gestora da Escola 1).

Em síntese, os gestores não veem nada de errado acerca da atuação de professores homens na EI, portanto, para eles e elas, não há nenhum problema para o professor (homem) trocar fralda, levar a criança ao banheiro, auxiliar na higienização e cumprir com as demais atribuições inerentes à função do profissional de EI. Todavia, todas as gestoras e o gestor estão cientes dos conflitos na escola quando existem professores homens em exercício. Assim, para eles, uma alternativa para minimizar o conflito é o diálogo constante entre os diferentes atores.

Chamar para conversar sempre que gere algum desconforto dos pais com o trabalho do professor é, sem sombra de dúvida, uma das melhores alternativas para não encaminhar possíveis transtornos no ambiente escolar. Porém esse diálogo só acontece se houver manifestação da parte dos pais. (Gestora da Escola 5).

Cabe salientarmos que as discussões sobre o assunto – gênero – estão muito presentes no imaginário dos adultos e não no das crianças. Com relação às crianças “[...] eles são muito pequenos para falarmos sobre esse assunto. Isso é coisa da família” (Gestora 2 da Escola 6). Nota-se que, para essa gestora, falar sobre sexualidade, sobre questões relacionadas a gênero, tem idade e é assunto que a família tem de tratar e não a escola. Esse ponto de vista dialoga com a concepção de gestão sobre o mesmo assunto, mas em um município da Região Sul do Brasil (Sousa, 2011). Nessa pesquisa, o que foi verificado é que as crianças não têm nenhum estranhamento com o fato de receberem um professor e não uma professora, pois:

Respondendo sobre como percebeu a reação das crianças, a diretora afirma que houve um estranhamento, mas não pelo fato de ser um homem a assumir a sala, mas porque as crianças sentiram falta da professora anterior. Dessa forma, a razão do estranhamento das crianças seria o apego à professora e não a chegada do professor. (Sousa, 2011, p. 121).

Contudo, os gestores entendem que o professor precisa se adaptar ao ambiente da EI. Para tanto, ele pode, aos poucos, “[...] ir se ‘moldando’ para poder atuar com a criança, pois o homem tido como rude, bruto não se enquadra, de início, com o trabalho com os pequenos”, mas deixou a entender que, com o tempo, ele aprende, pois “todos aprendem e a escola pode ensinar” (Gestora da Escola 3).

O que se pode perceber na fala dessa gestora é que existe um padrão de docência na educação da infância e que o homem precisa adequar-se a ele. Assim, caso o profissional não chegue à escola dentro desse padrão, cabe à escola prepará-lo para tal.

O professor homem e o cuidar na escola de Educação Infantil

Se, por um lado, existe o estranhamento da presença do professor (homem) nas escolas de EI (Sousa, 2011); por outro, espera-se que o gestor crie meios para que ele seja acolhido pelos demais colegas e pelos pais. Quando o assunto é atuação de professores na EI, o motivo principal dos questionamentos por parte dos pais é o fato de esse profissional ser homem e lidar com o contato direto com as crianças (Gonçalves; Faria; Reis, 2016). Não é qualquer contato, mas o contato corporal no momento da higienização, conforme descrito nesse depoimento:

Há pais que não perguntam se o professor tem qualificação, quais os projetos que o professor pretende desenvolver durante o ano com seu filho, mas o principal questionamento é quem irá levar seu filho ao banheiro e, há caso de pergunta até se não haverá nenhum perigo com o professor homem. (Gestor da Escola 1).

Os entrevistados, quase em unanimidade, afirmaram que um dos motivos pelos quais os pais questionam é o gênero do professor e não sua preparação profissional e a qualidade de seu trabalho. Simplesmente pelo fato de ser um professor homem em sala de aula e não uma professora é que os questionamentos surgem, conforme evidenciado em outras pesquisas (Vianna; Finco, 2009; Gonçalves; Faria; Reis, 2016; Santos, 2021; Tortora, 2021). Tal relação se torna mais evidente em escolas onde a chegada de professores é recente:

A chegada dos professores na nossa escola foi uma novidade. Nós nunca tínhamos homens trabalhando diretamente com a criança. Os questionamentos dos pais geram sempre entorno do momento da troca e nós aqui somos creche, então as crianças são totalmente dependentes dos adultos. (Gestora da Escola 2).

A fala dessa Gestora mostra que o assunto da presença do homem na EI somente vem à tona quando se tem um profissional homem atuando na escola. A ausência desse profissional justifica o não falar sobre o assunto. Segundo a Gestora da Escola 3, “[...] esse assunto não fazia sentido quando não tínhamos um professor homem na escola. Mesmo porque não havia questionamentos dos pais”.

Por ser a minoria, por mais paradoxal que possa parecer, os homens estão em evidência no ambiente escolar (Cardona, 2018). Ao tentar entender a pouca quantidade de homens na EI, uma das entrevistadas pontua que:

Por questões culturais. Por existirem poucos profissionais atuando nesse nível de ensino. Pelos pais acompanharem casos de pedofilia na TV e acharem que seus filhos correm riscos ao ser cuidados por professores homens no ambiente escolar. (Gestora da Escola 4).

No entendimento dos participantes da pesquisa, o motivo pelo qual existem disparidades entre o número de homens com relação ao número de mulheres é cultural. É sabido que, culturalmente, a mulher sempre cuidou das crianças, dos filhos em casa, e isso acaba sendo reproduzido em um ambiente onde o público principal é a criança (Silva *et al.*, 2023). Para a Gestora 1 da Escola 6, “[...] sempre a mulher cuidou dos filhos enquanto o homem fazia outras atividades e isso deu continuidade no ambiente escolar”, ignorando o fato de que essa situação vem se modificando com o passar do tempo (Duarte; Duarte; Martins, 2023). Essa divisão do trabalho tem origem quando o homem saía para caçar e a mulher ficava com os afazeres domésticos e cuidando dos filhos. Foi com base nessa preocupação de algumas famílias, assim

como na visão reacionária de duas deputadas de São Paulo que foi proposto o PL nº 1.174, de 2019, sob a alegação de o trabalho com cuidados íntimos com a crianças ser realizado exclusivamente por profissionais mulheres (São Paulo, 2019). Apesar de o projeto não ser o foco da investigação, o assunto acabou surgindo durante as entrevistas, em face de sua aderência ao tema desta pesquisa não foi ignorado.

A despeito da suposta preocupação dos pais, esse projeto poderia até ganhar força considerando o cenário político que o país estava vivenciando por ocasião das entrevistas, mas, na concepção dos participantes da pesquisa, com exceção de apenas uma gestora que o defendeu, as demais consideram que esse PL não tinha consonância com a realidade da EI, ao contrário, vai contra os avanços dos próprios princípios de equidade entre os profissionais que atuam nesse nível de ensino. A Gestora 1 da Escola 6, por exemplo, ao tratar do assunto, assevera: “Parece uma piada de mau gosto”, pois discorda totalmente da proposta. Na mesma linha de pensamento, a Gestora da Escola 5, embora não tenha conhecimento em profundidade sobre o assunto, sinalizou: “Ouvi comentário de tal Lei, mas acredito que não será aprovada. O engraçado ou trágico é que essas leis são pensadas e elaboradas sem a participação dos profissionais da área”. Por sua vez, a Gestora da Escola 3 mostrou-se incrédula sobre o assunto tecendo a seguinte reação: “Sério? (risos). Não estou sabendo disso, mas parece surreal”. O Gestor da Escola 1, ao ser questionado sobre o assunto, teceu o seguinte comentário: “Eu li sobre isso. Achei um absurdo. Não será aprovada, é inconstitucional”.

Os demais entrevistados seguem a mesma linha de raciocínio, ora com espanto ora se opondo contrário ao citado PL, mas foi constatado também concordância sobre o assunto, conforme pode ser verificado neste depoimento: “Parece-me que a intenção das deputadas é atender uma reivindicação dos pais. Na educação Infantil temos que atender não somente a criança, mas também os anseios das famílias, uma vez que as crianças ainda não têm autonomia para decidir por si.” (Gestora 2 da Escola 6).

Essa gestora vê a necessidade de atender não somente à criança, mas também aos pais, pois esses estão reivindicando que seus filhos sejam cuidados nos momentos da troca de fraldas, do uso do banheiro, do banho, somente por professora mulher. Para ela, isso deve ser um direito da família e a escola deve atender essa demanda e, com isso, ratifica o entendimento histórico e patriarcal de que a docência na EI exerce uma função de gênero feminino: cuidar e educar crianças pequenas (Saparolli, 1997).

Por trás desse pensamento, existe o imaginário do que compete ao homem e à mulher na educação das crianças, ficando a questão do cuidar sob a responsabilidade da professora

reforçando o estereótipo da feminização da docência (Gonçalves, 2009). Desse modo, o homem não pode fazer isso, pois pode “causar uma má impressão”.

Assim, para além de existir um padrão para a docência masculina nas escolas de EI, nem todas as atividades podem ser realizadas por eles, pois, na concepção desse professor, não ficaria bem. Infere-se, portanto, que o preconceito contra a atuação do professor na escola de EI não é somente por parte das professoras, dos pais e das gestoras, mas pode estar presente também no imaginário dos professores (Tortola, 2021).

Considerações finais

Esta pesquisa buscou compreender as concepções de gestores e de gestoras escolares de EI acerca da atuação de professores homens nesse nível de ensino. Para tanto, foram localizadas as escolas desse nível de ensino dos dois municípios investigados, assim como verificado em quais delas havia professores homens em exercício.

Apesar das diferenças existentes entre as duas cidades, os resultados obtidos contemplam mais similaridades nas concepções dos gestores das gestoras entrevistados, do que divergências. Infere-se, portanto, que não são os fatores geográficos, populacionais, sociais e econômicos que determinaram a maneira como esses profissionais concebem a atuação do professor homem na EI, mas as formas como o tema é abordado e está presente no imaginário tanto dos educadores da EI como dos familiares dos alunos e das alunas.

Constatamos que há indícios de preconceito do contato direto do professor homem com a criança não somente por parte da família, mas também da comunidade escolar (interna). Isso pode significar que ainda é preciso, por parte dos envolvidos na gestão das escolas de EI, um esforço para a compreensão e a mudança dessa realidade. Uma alternativa encontrada pelos gestores e gestoras das escolas investigadas tem sido o diálogo com vistas a equacionar os conflitos na própria escola evitando, portanto, recorrer a instâncias superiores.

Nosso entendimento é que a presença de professores homens na EI traz inúmeros benefícios educacionais, inclusive contribuindo para a luta contra o machismo. Ao longo da história, a responsabilidade dos cuidados foi tradicionalmente atribuída às mulheres, reforçando a ideia de que os homens não têm a obrigação de cuidar das crianças. Isso não mudou muito, lamentavelmente ainda é comum encontrar famílias em que as mães defendem a ideia de que os pais não devem se envolver em atividades como alimentação ou troca de fraldas dos filhos.

Parte dessas famílias transferem esse entendimento para a educação dos filhos contando, inclusive, com o apoio de representantes da ala conservadora do Poder Legislativo, como foi o

caso de São Paulo que fez a proposição de um PL na tentativa de inviabilizar a atuação de professores homens na EI. Ter um homem exercendo a docência para essas crianças desafia essas crenças, conforme pudemos constatar com esta investigação.

É importante que a participação dos professores homens na EI seja ampliada, mas é preciso que a gestão dessas escolas amplie o debate sobre esse assunto buscando combater qualquer tipo de preconceito e discriminação. A ampliação da presença desses profissionais na EI modifica a paisagem esperada, assim como pode modificar a comunidade escolar e quebrar expectativas de gênero em bebês, crianças bem pequenas, crianças pequenas, familiares e educadores (funcionários, professoras, gestores, gestoras) das escolas de EI.

Esse cenário não se modificará rapidamente, há ainda um longo caminho para que as discussões de gênero sejam uma realidade no ambiente da EI, mas é preciso inseri-las nas práticas de gestão escolar. Contudo, consideramos que tais discussões não podem acontecer de forma superficial e tão somente quando há professores homens no ambiente escolar. É fundamental que esses assuntos estejam nas pautas das reuniões de professores, de funcionários, dos familiares, assim como nas pautas da equipe gestora das escolas.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CARDONA, Maria João. Quinze anos depois: o impacto do doutoramento realizado em Caen. In: OLIVEIRA, Dolandina. (Org.). **Construindo investigação em ciências da educação: os doutoramentos portugueses com Louis Marmoz**. Lisboa: Educa, 2018. p. 153-169.

CARDOSO, Frederico Assis. Homens fora de lugar? A identidade de professores homens na docência com crianças. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu. **Anais eletrônicos** [...]. Caxambu: Hotel Glória, 2007. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3550--Int.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2020.

CUNHA, Amélia Teresinha Brum. “Não me disseram nada, mas eu percebia que esperavam que não desse certo”: quando um homem gay se apresenta em uma escola para ser professor dos anos iniciais. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 3, p. 726-743, set./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5216/ia.v42i3.48701>

DUARTE, Leonardo Felipe Gonçalves; DUARTE, Rodrigo Gonçalves; MARTINS, Ida Carneiro. Docência masculina na educação infantil: será esse um espaço somente de mulheres?. **Dialogia**, São Paulo, n. 43, p. 1-19, e23762, jan./abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5585/43.2023.23762>

GONÇALVES, Josiane Peres. **O perfil profissional e representações de bem-estar docente e gênero em homens que tiveram carreiras bem-sucedidas no magistério**. 2009. 233 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GONÇALVES, Josiane Peres; ANTUNES, Jessica Barbosa. Memórias de professores homens que trabalharam como docentes de educação infantil e suas representações sociais. **Interfaces da Educação**, [S. l.], v. 6, n. 16, p. 134-153, 2015. DOI: <https://doi.org/10.26514/inter.v6i16.440>

GONÇALVES, Josiane; FARIA, Adriana Horta.; REIS, Maria das Graças Fernandes de Amorin dos. Olhares de professores homens de educação infantil: conquistas e preconceitos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 34, n. 3, p. 988-1014, set./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2016v34n3p988>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: Cidades: **Mauá**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/maua/panorama> . Acesso em: 25 jun. 2020a.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: Cidades: **São Caetano do Sul**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-caetano-do-sul/panorama> . Acesso em: 25 jun. 2020b.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2022**. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 30 out. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2023**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 25 fev.2024.

KUHLMANN JR, Moysés. Educando a infância brasileira. *In*: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 469-496.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PASCHOAL, Jaqueline Dias; MACHADO, Maria Cristina. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista Histedbr Online**, Campinas, v. 9, n. 33, p. 78-95, 2012. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v9i33.8639555>

SANTOS, Sandro Vinicius Sales dos. Estrutura e agência nas interseções de gênero e infância: implicações para a Educação Infantil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 380-399, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/santos.pdf> Acesso em: 30 set. 2024.

SANTOS, Sandro Vinicius Sales dos. Homens na docência da educação infantil: uma análise baseada na perspectiva das crianças. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, e260077, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260077>

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa de São Paulo. **Projeto de lei nº 1174/2019**, de 16 de outubro de 2019. Confere a profissionais do sexo feminino exclusividade nos cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000292074> Acesso em: 30 set. 2024.

SAPAROLLI, Eliane. **Educador Infantil**: Uma ocupação de gênero feminino. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço; MAIA, Maria Vitoria Campos Mamede; IVENICKI, Ana. Homens por vir: reflexões sobre o processo de construção das masculinidades na educação infantil a partir de jogos e brincadeiras. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 9, n. 1, p. 67-86, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v9i1.884>

SILVA, Renan Mota *et al.* Há acesso para professores homens na educação infantil? **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 66, p. 1-18, e22845, jul./set. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n66.22845>

SOUSA, José Edilmar de. **“Por acaso existem homens professores de educação infantil?”**: um estudo de casos múltiplos em representações sociais. 2011. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

TORTORA, Evandro. Professor homem na Educação Infantil: conheça os desafios e experiências. **Revista Nova Escola**, publicado em 26 jan. 2021. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/20083/colunas-pedagogicas-21-evandro-tortora-professor-homem-na-educacao-infantil>. Acesso em: 05 nov. 2023.

VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. Meninas e menino na Educação Infantil: uma questão de poder. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 33, p. 265-283, jul./dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332009000200010>